

correspondente ao escalão 1, índice 140 da tabela aplicável aos docentes universitários;

Doutor António Miguel Cotim Talina como Assistente Convidado desta Faculdade, a tempo parcial (30 %) com efeitos a 1 de junho de 2014, por três meses, com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 140 da tabela aplicável aos docentes universitários.

(Isento de fiscalização prévia do T.C.)

1 de julho de 2014. — O Diretor, *Prof. Doutor Jaime C. Branco*.
207931175

Instituto de Tecnologia Química e Biológica

Despacho n.º 8812/2014

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 127.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e do n.º 1 do artigo n.º 16.º do Capítulo III dos Estatutos do Instituto de Tecnologia Química e Biológica, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, de 17 de março de 2009, nomeio a Licenciada Teresa Maria Neto Venda, para o cargo de Administradora do Instituto de Tecnologia Química e Biológica, em regime de Comissão de Serviço, por um período de quatro anos.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 25 de junho de 2014.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de junho de 2014. — O Diretor, *Cláudio Manuel Simões Loureiro Nunes Soares*.

207925238

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Desporto

Despacho (extrato) n.º 8813/2014

Delego e subdelego por este despacho, nos termos previstos no artigo 18.º, n.º 3, dos Estatutos da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, na Prof.ª Doutora Maria Joana Mesquita Cruz Barbosa de Carvalho, Subdiretora do Conselho Executivo, as minhas competências

próprias e delegadas no período de 7 a 14 de julho de 2014, durante o qual me encontro ausente em serviço oficial.

1 de julho de 2014. — O Diretor, *Jorge Olímpio Bento*.

207930827

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Despacho (extrato) n.º 8814/2014

Por meu despacho de 25 de junho de 2014, foi o Doutor José Luís d'Almeida, contratado em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental e em dedicação exclusiva, categoria de Professor Auxiliar, da área de Conhecimento de Serviço Social, após conclusão do concurso documental internacional aberto por Edital n.º 36/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8 de 13 de janeiro, ficando posicionado no 1.º escalão, índice 195, do Estatuto Remuneratório do Pessoal Docente Universitário, com efeitos a partir de 09 de junho de 2014, nos termos do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária (DL n.º 205/2009, de 31 de agosto). (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

1 de julho de 2014. — O Reitor, *António Augusto Fontainhas Fernandes*.

207930098

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Despacho n.º 8815/2014

Por deliberação do Conselho de Gestão do Instituto Politécnico de Coimbra, de 2 de junho de 2014, foram aprovadas alterações à Tabela de Emolumentos do Instituto Politécnico de Coimbra, publicada através do Despacho n.º 10914/2010, de 23 de junho, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 126, de 01 de junho de 2010, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 5246/2011, de 11 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 60, de 25 de março de 2011, pelo Despacho n.º 12498/2012, de 13 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 25 de setembro de 2012, e pelo Despacho n.º 9763/2013, de 1 de julho de 2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 24 de julho de 2013, que se republica em anexo.

As alterações à Tabela de Emolumentos do Instituto Politécnico de Coimbra entram em vigor no dia 1 de julho de 2014.

Tabela de emolumentos do Instituto Politécnico de Coimbra

Atos	Valores (em euros)
1 — Candidaturas:	
1.1 — Concursos Especiais (Maiores de 23 Anos, Titulares de Cursos Superiores, Titulares de CET's, Estudantes Internacionais)	75,00
1.2 — Reingressos, Transferências e Mudanças de Curso	75,00
1.3 — Mudança de regime de frequência (entre pós-laboral e diurno e vice-versa)	50,00
1.4 — 2.º ciclo dos cursos	75,00
1.5 — Concurso Local de Acesso	50,00
1.6 — Cursos de Especialização Tecnológica	75,00
1.7 — Formação especializada e profissionalização em serviço	A definir em regulamento próprio (Máx. 75€)
1.8 — Pós-graduação	A definir em regulamento próprio (Máx. 75€)
2 — Inscrições — Matrículas:	
2.1 — Realização das Provas de avaliação de capacidade para maiores de 23 anos.	75,00
2.2 — Pré Requisitos com provas de aptidão	50,00
2.3 — Matrícula/Inscrição 1.º Ciclo	30,00
2.4 — Matrícula/Inscrição 2.º Ciclo	A definir em regulamento próprio (Máx. 150€)
2.5 — Inscrição em Cursos de Especialização Tecnológica	25,00
2.6 — Inscrição em outros cursos de formação ou pós-graduação	A definir em regulamento próprio (Máx. 75€)
2.7 — Alteração da inscrição por unidade curricular <i>por decisão do estudante</i>	20,00
2.8 — Alteração de ramo/percurso <i>por decisão do estudante</i>	50,00
2.9 — Inscrição estudante extraordinário:	
2.9.1 — Por cada unidade curricular isolada	25,00€ (por cada ECTS)
2.10 — Inscrição e frequência de estudante regular em unidade curricular adicional ao plano curricular	75,00
2.11 — Inscrições em exames por unidade curricular na época de recurso	Máx. 10€
2.12 — Inscrições em exames por unidade curricular/ unidade de formação em época especial	10,00
2.13 — Inscrições em exames por unidade curricular/unidade de formação para efeitos de melhoria de nota	10,00
2.14 — Inscrições em provas do concurso local de acesso	25,00

Atos	Valores (em euros)
2.15 — Inscrições em provas de exame para ingresso no 1.º ciclo de Estudantes Internacionais.	A definir anualmente, em despacho do Presidente do IPC, para cada curso (Min. 100€ e Máx. 500€)
2.16 — Inscrições em provas escritas e orais de línguas, no âmbito do Estatuto do Estudante Internacional	70,00
3 — Certidões:	
3.1 — Certidão de matrícula, inscrição ou frequência (2.ª e seguintes, por ano letivo)	5,00
3.2 — Certidões de registo /diploma:	
3.2.1 — Certidão de registo /diploma do grau mestre e do grau de licenciado.	100,00
3.2.2 — Certidão de registo /diploma de curso de mestrado (curso de especialização) e de curso de pós-graduação	80,00
3.2.3 — Certidão de registo /diploma de curso de especialização Tecnológica	80,00
3.2.4 — Certidão de registo /diploma de parte de curso de mestrado não inferior a 60 ECTS ou de parte de curso de licenciatura não inferior a 120 ECTS	80,00
3.2.5 — 2.ª via certidão de registo.	20,00
3.3 — Certidão descritiva de estágio.	15,00
3.4 — Certidão de conteúdos programáticos: (Por cada unidade curricular)	10,00€ (até ao máximo de 150,00€)
3.5 — Certidão de cargas horárias.	10,00
3.6 — Certidão de aprovação explicitando a(s) unidade(s) curricular(es)	15,00
3.7 — Certificado de cursos de pequena duração ou ações de formação	até 15€
3.8 — Certidão prevista no n.º 4.º do artigo 11.º do Regulamento das provas de avaliação de capacidade para a frequência dos cursos superiores do IPC dos maiores de 23 anos.	20,00
3.9 — Outras certidões:	
3.9.1 — Certidão de conclusão de curso pré-Bolonha (quando detentor de Carta de Curso).	20,00
3.9.2 — Certidão não especificada (por página)	5,00
3.9.3 — Certidão por fotocópia (por página).	1,50
3.9.4 — Certidão em língua inglesa (valor a acrescer à certidão respetiva)	0,06€/palavra — até 100 palavras 0,05€/palavra — a partir de 100 palavras a 1000 palavras 0,04€/palavra — mais de 1000 palavras Até 15€
3.10 — Declarações não especificadas	
4 — Cartas de Curso:	
4.1 — Grau de Licenciado:	
4.1.1 — Carta de Curso	150,00
4.1.2 — Carta de Curso + Certidão de Registo/Diploma	Entre 150,00 e 250,00
4.2 — Grau de Mestre:	
4.2.1 — Carta de Curso	170,00
4.2.2 — Carta de Curso + Certidão de Registo/Diploma	Entre 170,00 e 270,00
5 — Equivalência /Reconhecimento de Habilitações:	
5.1 — De graus académicos e de cursos de ensino superior não conferentes de grau	400,00
5.2 — Prova de avaliação, se necessário, para efeitos da equivalência, reconhecimento	150,00
5.3 — Reconhecimento automático de graus estrangeiros (DL n.º 341/2007, de 12 de Outubro):	
5.3.1 — Registo de diploma estrangeiro (2)	26,80
6 — Creditação:	
6.1 — Formulação do pedido.	45,00
6.2 — Definição de um plano de estudos individual, para prosseguimento de estudos no IPC, na sequência de processo de creditação (<u>Obrigatório</u> a partir de 30 ECTS creditados).	100,00
6.3 — Creditação de unidades curriculares:	
6.3.1 — Estudo prévio	100,00
6.4 — Creditação de unidades curriculares anuais ou semestrais, realizadas no IPC:	
6.4.1 — Por unidade curricular creditada (sem estudo prévio) até ao máximo de 200,00€	20,00
6.4.2 — Por unidade curricular creditada (com estudo prévio) até ao máximo de 100,00€	10,00
6.5 — Creditação de unidades curriculares anuais ou semestrais, realizadas noutras Instituições (1):	
6.5.1 — Por unidade curricular creditada (sem estudo prévio) até ao máximo de 300,00€	25,00
6.5.2 — Por unidade curricular creditada (com estudo prévio) até ao máximo de 300,00€	20,00
6.7 — Creditação de experiência profissional:	
6.7.1 — Estudo prévio	150,00
6.7.2 — Por ECTS creditado (sem estudo prévio).	15,00
6.7.3 — Por ECTS creditado (com estudo prévio)	10,00
7 — Professor Especialista:	
7.1 — Requerimento para a realização de prova para atribuição do Título de Especialista	1.000,00
7.2 — Certificado.	120,00
8 — Atos diversos:	
8.1 — Revisão de prova de exame escrito final ou equiparado.	25,00
8.2 — Consulta das Provas de avaliação de capacidade para maiores de 23 anos (por cada prova escrita)	10,00
8.3 — Reapreciação das provas de avaliação de capacidade para maiores de 23 anos (por cada prova escrita)	50,00
9 — Atos de matrícula e inscrição fora do prazo (3):	
9.1 — Nos primeiros 15 dias seguidos a contra do prazo fixado	15,00
9.2 — Nos 15 dias subsequentes e até 30 dias seguidos	50,00
9.3 — Após 30 dias seguidos, se autorizado o requerimento de matrícula/inscrição fora do prazo	100,00
10 — Isenções e Reduções:	
10.1 — Estão isentas de emolumentos as certidões para fins de ADSE, abono de família, IRS, militares e pensões de sangue, as certidões requeridas pelas Associações de Estudantes, desde que necessárias para instruir processos enquadrados nas suas atividades específicas, mediante pedido apresentado na respetiva Escola, indicando o fim a que se destinam, bem como todas as outras certidões/declarações cuja isenção esteja legalmente prevista.	
10.2 — Os estudantes bolseiros beneficiam de uma redução de 50 % nas taxas previstas, exceto nas taxas por práticas de atos fora do prazo.	

Atos	Valores (em euros)
10.3 — A taxa prevista para a revisão de prova de exame ou apreciação de processo de avaliação deverá ser devolvida aos interessados no caso de virem a obter a classificação mais elevada que a anteriormente obtida ou decisão mais favorável.	
10.4 — Os docentes do IPC estão isentos do pagamento da taxa prevista no ponto 7.1 — requerimentos para a realização de prova do título de especialista.	

(1) Excetuam-se as unidades curriculares realizadas ao abrigo de programas de mobilidade, cuja creditação está isenta de qualquer taxa ou emolumento e ainda as unidades curriculares creditadas por situação de transferência decorrente da extinção de um curso de uma Unidade Orgânica do IPC.

(2) Valor atualizado em 1 de março de cada ano, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da portaria n.º 29/2008, de 10 de fevereiro.

(3) Não aplicável se o não cumprimento dos prazos for da responsabilidade da Unidade Orgânica.

5 de junho de 2014. — O Presidente, *Rui Antunes*.

207929767

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Edital n.º 595/2014

Nos termos do disposto nos artigos 17.º, 18.º e seguintes da Portaria n.º 268/2002, de 13 de março e na Portaria n.º 90/2007, de 19 de janeiro, faz-se público que se encontra aberto concurso para admissão de candidatos ao Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem Médico-Cirúrgica, criado pela Portaria n.º 220/2005, de 24 de fevereiro a ministrar na Escola Superior de Saúde, com início no ano letivo de 2014/2015, o qual se rege pelas seguintes disposições:

1 — O presente concurso é válido apenas para o ano letivo 2014/2015.

2 — De acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 353/99, de 3 de setembro e o artigo 12.º da Portaria n.º 268/2002, de 13 de março, podem candidatar-se à matrícula e inscrição no curso os candidatos que satisfaçam cumulativamente as seguintes condições:

- a) Ser titular do grau de licenciado em Enfermagem ou equivalente legal;
- b) Ser detentor do título profissional de enfermeiro;
- c) Ter pelo menos dois anos de experiência profissional como enfermeiro.

3 — A candidatura é formalizada em boletim de candidatura próprio e entregue nos Serviços Académicos da Escola Superior de Saúde, ou enviada por correio registado com aviso de receção, dentro do prazo estipulado, para os Serviços Académicos da Escola Superior de Saúde do IPG, Avenida Rainha D. Amélia, s/n, 6300-749 Guarda, devendo ser acompanhada da seguinte documentação:

- a) Boletim de candidatura devidamente preenchido (Modelo ACAD.009.02);
- b) Fotocópia do(s) cartão(ões) de cidadão/Bilhete de Identidade e Identificação Fiscal;
- c) Fotocópia da cédula profissional ou certificado de inscrição na Ordem dos Enfermeiros, válidos;
- d) Certidão comprovativa da titularidade do grau de licenciado em enfermagem ou equivalente legal, indicando a respetiva classificação final;
- e) Certidão comprovativa da categoria profissional que possui e do tempo de serviço contado em anos, meses e dias (até 30 de abril de 2014), passada pela instituição, assinada e autenticada com selo branco;
- f) Ficha curricular, fornecida pelos Serviços Académicos e também disponível na página da Escola, devidamente preenchida (Modelo ESS.001.02);
- g) Documentos comprovativos das declarações expressas na ficha curricular.

4 — O júri poderá solicitar outros documentos que venha a considerar necessários.

5 — São admitidos a concurso os candidatos que cumpram os requisitos formais de candidatura.

6 — A não apresentação dos documentos exigidos, no prazo de candidatura, é motivo de exclusão do concurso.

7 — A seleção e seriação são da competência de um júri nomeado para o efeito e têm por base os critérios que constam em anexo ao presente Edital e que dele faz parte integrante.

8 — Caso o n.º de candidatos admitidos a concurso seja inferior ao n.º de vagas, não se procederá à seriação.

9 — Os resultados da seleção/seriação dos candidatos serão tornados públicos por afixação no placard dos serviços académicos e publicitados no sítio Web da Escola.

10 — Os prazos para o concurso de acesso obedecem à seguinte calendarização:

1.ª Fase de candidaturas

Apresentação da candidatura — até 23 de julho de 2014

Afixação da lista ordenada dos candidatos — até 30 de julho de 2014

Apresentação de reclamações — de 30 a 31 de julho de 2014

Decisão sobre as reclamações — até 04 de agosto de 2014

Recurso para o Presidente — até 2 dias úteis após conhecimento da decisão sobre a reclamação

Matrícula e Inscrição — de 5 de agosto a 5 de setembro de 2014

2.ª Fase de candidaturas

Apresentação da candidatura — de 18 de agosto a 17 de setembro de 2014

Afixação da lista ordenada dos candidatos — até 19 de setembro de 2014

Apresentação de reclamações — de 22 a 23 de setembro de 2014

Decisão sobre as reclamações — até 25 de setembro de 2014

Recurso para o Presidente — até 2 dias úteis após conhecimento da decisão sobre a reclamação

Matrícula e Inscrição — de 26 a 30 de setembro de 2014

Início do curso — 1 de outubro de 2014

11 — As vagas fixadas para o curso, a aprovar pela Direção Geral do Ensino Superior são em número de 25.

12 — De acordo com o artigo 14.º da Portaria n.º 268/2002, de 13 de março, e por decisão do Conselho Técnico-Científico da Escola Superior de Saúde, a afetação das vagas obedecerá à seguinte ordem:

a) Conforme alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º da Portaria n.º 268/2002, de 13 de março, seis vagas são afetadas prioritariamente a candidatos provenientes de instituições com as quais a Escola Superior de Saúde tem protocolo de formação.

b) Conforme alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º da Portaria n.º 268/2002, de 13 de março, seis vagas são afetadas prioritariamente a candidatos que desenvolvem a sua atividade profissional principal e com caráter de permanência em instituições sediadas na área de influência da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico da Guarda.

c) As restantes vagas serão preenchidas por ordem de classificação dos candidatos.

13 — O início do curso fica condicionado à matrícula e inscrição de 15 alunos.

14 — O curso funcionará em horário a propor semestralmente pelos órgãos próprios da Escola.

15 — São devidos os seguintes emolumentos:

a) Candidatura — 50,00€

b) Matrícula/Inscrição Anual (seguro escolar e documentação) — 10,00€

c) Propina — 1800€ (1200€ (1.º ano) + 600€ (2.º ano))

16 — Da decisão de seleção/seriação não cabe recurso, salvo se arguida de vício de forma, devendo, neste caso, ser apresentado ao Presidente do Instituto Politécnico da Guarda.

17 — Os documentos apresentados pelos candidatos não admitidos serão eliminados, caso não sejam solicitados até 90 dias após o início do curso.

18 — O Júri é constituído pelos seguintes elementos:

Presidente: Paulo Jorge Cruz Tavares

Vogais efetivos:

Abílio Madeira de Figueiredo

Júlia Maria Correia Coelho Moura

Vogal suplente:

Agostinha Esteves de Melo Corte

Luís António Videira

2 de julho de 2014. — O Presidente, *Prof. Doutor Constantino Mendes Rei*.